

“QUESTÕES DE ÉTICA ECOLÓGICA E AMBIENTAL”

ERNESTO CANDEIAS MARTINS *

JUSTIFICAÇÕES:

A comunidade filosófica (ética, moral, social e política) parece não levar a sério os problemas ecológicos e ambientais actuais, pois considera que os temas fundamentais da Ética discorrem longe da nossa realidade. Os tempos pós-modernos não estão para uma autocomplacência dos debates intelectuais e do "narcisismo académico". P. SINGER lembra na "Practical Ethics" (1979) que um problema ético é já por si importante como tal problema, desde que qualquer pessoa se enfrente a ele. Este é o caso do "meio ambiente" e da "ecologia", em que o próprio discurso filosófico-moral pode e deve contribuir para um maior esclarecimento destas questões no formador e no cidadão em geral.

Em 1974 celebrou-se em Haia, com a presença de 800 cientistas, o "1º Congresso Internacional de Ecologia", organizado pela "International As-

sociation of Ecology", discutindo-se a gestão dos ecossistemas. Nessa reunião afirmou-se que a Ecologia como "ciência", não estava em situação de dar normas exactas para cada problema ambiental, mas devia prevenir os responsáveis contra a exploração exagerada dos recursos naturais, exigindo uma avaliação das consequências, para melhor aplicação de políticas a longo prazo, numa base científica e segunda as regras ecológicas (Dobben & Lowe-McConnell, 1980:10/1).

Esta preocupação dos ecologistas, aceleradas nos finais dos anos 80 e com a Cimeira do Rio (1992), pretendiam com razões científicas insistir na preservação dos ecossistemas, e na obrigação de informar os meios de comunicação social e a população sobre os graves problemas ambientais e ecológicos no mundo. Trata-se de um assumir de responsabilidades por parte da comunidade científica.

* Docente na ESE de Castelo Branco

Os problemas ecológicos não se resolvem apenas com a ciência ecológica, depende do sentir humano consciente e diário dos problemas e de alcançar responsabilidades colectivas (função da Pedagogia Ambiental). Os cientistas apelam para uma consciência moral, em que a filosofia moral, ética e social têm a obrigação de fundamentar racionalmente os critérios de validade.

A noção de crise ecológica (Nota 1) e de "meio-ambiente" provocou a nossa reflexão, numa perspectiva filosófico-pedagógica, assente na ideia de que o homem incide no "meio", provocando a destruição dos seus ecossistemas. Situamos o problema no centro do comportamento moral humano, reconhecendo que a organização industrial e tecnológica do final do século asfixia os equilíbrios ecológicos-ambientais integrais ao nível regional (territorial) e mundial, pondo em perigo a existência da Humanidade. Neste contexto as políticas Norte/Sul entre países desenvolvidos e pobre ou do terceiro mundo, com os seus respectivos sistemas vigentes, corroboram numa dinâmica de desenvolvimento e crescimento de recursos que não são renováveis (catástrofes naturais).

A nossa época exige uma nova atitude moral ou uma nova consciência humana no lugar ou mundo. A questão reside num ressurgir de uma nova cultura de valores dentro

do actual multiculturalismo ou interculturalismo.

Uma reflexão filosófica não merece unicamente indagações dos esquemas conceptuais ou dos modelos existentes. Motivados pela "crise ecológico-ambiental", procuramos dar algumas respostas às interrogações sobre o mundo natural e humano, proporcionando exercitar na prática uma nova formação ambiental expressa numa moral ecológica e do cidadão para o século XXI.

A filosofia moral deve supor um conhecimento profundo dos processos transformadores do mundo (natural, económico, social...), a partir do impacto da acção humana em todos os ecossistemas desde os anos 70, projectando dar caminhos possíveis à civilização. Esta filosofia apresenta como núcleo central o problema das opções e das escolhas. O tema das preferências racionais, procedentes das tradições diversas, ocupou ou ocupa a atenção desses filósofos empenhados em programar as condições ideais para uma preferência moral. Certamente que os problemas ecológicos e ambientais são um problema de escolha ou eleição intelectual dos actos humanos individuais e colectivos, mas necessita de critérios preferenciais que façam rever muitos dos pressupostos antropológicos de modo a darem uma nova direcção e sentido à ciência e às tecnologias.

A preocupação no aproveitamento das energias solares e de outras, a fusão do núcleo de "deutério", os critérios radiológicos utilizados na indústria atómica, a deterioração da camada de ozono, os cemitérios radioactivos, as ameaças nucleares desde o desastre de Chernobil (25/04/86), etc., requerem novas estratégias de segurança. Ditos assuntos não devem ser tratados apenas nas suas características técnicas, deixando de lado as implicações sócio-culturais e humanas, incitam a um maior compromisso do filósofo/educador na defesa ecológica e ambiental (protecção do "meio-ambiente").

Um dos nossos objectivos neste trabalho, foi o de estudar o conceito de EA (Educação Ambiental) e o Ecologia, rastreando conceptualmente desde estas ciências os elementos morais relevantes na perspectiva educativa. A aproximação à Ecologia como ciência, a adopção do paradigma ecológico e ambiental como um modelo interdisciplinar, enquadra-nos na actual crise da civilização humana na abordagem à noção de "ecossistemas", como base integradora dos problemas do meio-ambiente e da sociedade. Desta forma chegamos ao conceito de "Ecologia Social" (Morin, 1977 e 1980) como um modo crítico e epistemológico ao diagnóstico da ordem social vigente.

A reflexão ética sobre a ciência levou P. Feyerabend (1991:319-326) a explicitar que a questão da sobrevivência da humanidade é o problema mais difícil e urgente, destacando que as propriedades humanas (paz, amor, justiça...) unem-se a toda natureza ecológica e ambiental. Esta preocupação supõe:

- a) falar de "ecologia", "meio-ambiente" são, "direitos do animais, das relações do homem com o meio" e logicamente do homem com o outro;
- b) programar ao nível da pedagogia ambiental (educação formal, não formal, informal) umas atitudes ambientalistas humanas (preservação, conservação...) que façam interrogar o homem sobre os seus modos de vida, de progresso e desenvolvimento local ou regional, que agressiva e destrutivamente atingem a dinâmica e o equilíbrio desse "meio humano e natural".

Pretende-se que esta reflexão ética provoque ao nível filosófico e pedagógico um reorganizar de pressupostos e teses que sintetizamos em dois sentidos gerais:

- a) uma nova análise aos textos educativos e filosóficos da História do Pensamento Humano e das Ciências Sociais e Humanas

procurando aquelas fundações geradoras que substanciem os deveres e os direitos ecológicos e ambientais no cidadão e na comunidade;

- b) evidenciar a capacidade das tradições éticas modernas na comunidade que apoiem uma ética ecológica e ambiental que resuscite o debate do "biologismo e do antropocentrismo", o papel do homem no mundo, alargando o conceito de responsabilidade moral do mundo humano ao não humano, etc..

A ética propõe indagar os fins e o discurso moral (linguagem) da actividade humana (as "atitudes da arte de viver", a consciência moral,...). Mas duvidamos racionalmente se ela nos oferece um conjunto de pautas/patrões ou de valores elegíveis pelo homem (imperativos éticos do dever e do poder). A ética ecológica e ambiental pode ajudar-nos a esclarecer educativamente os fundamentos das nossas opções, escolhas, tendências, valores e interesses do modo de vida do homem na comunidade e no "meio-ambiente". As últimas propostas no âmbito da filosofia moral (as éticas dialógicas) começam a referir conceptualmente as problemáticas ecológicas e ambientais no mundo.

A tomada de consciência gradual dos cidadãos frente às crises

ecológicas e ambientais, vai-se assumindo como uma necessidade de tratamento sistemático e integral de intervenção e participação "in situ" na Comunidade ("território"), segundo os movimentos e os temas pontuais, num fio condutor de indagação individual e colectiva, que os leve a uma ideia prática de uma responsabilidade moral e de novas atitudes e valores abertos ao "meio-ambiente" e ao mundo.

Na primeira Conferência sobre Educação Ambiental (Tbilisi-URSS) promovida pela Unesco, aprovou-se cinco metas para o desenvolvimento internacional (Hammerman & Voelker, 1987) que sintetizadas em três ideias primordiais: Informação, consciência e a motivação. Mas estas, reformuladas actualmente em outras dimensões ecológicas e ambientais necessárias no homem como cidadão, leva-lo-ão, por exemplo, a questões de: "consciência e sensibilidade", o conhecimento dos problemas, as "atitudes morais", as "competências pessoais, sociais e profissionais do agir e actuar humano", a "participação permanente na Comunidade", a informação motivadora, "a responsabilidade moral, pessoal e social", etc..

São exigências do exercício participativo para uma cidadania e urbanidade consciente e responsável das novas gerações, do poder político local, nacional e internacional, da comunidade científica e tecnológica, frente às problemáticas ecológicas do

"meio-ambiente", em que uma nova ética formativa poderá orientar melhor a acção, a intervenção e o saber estar no mundo do homem.

1 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) NA ACTUALIDADE

A EA não é um aspecto particular do processo educativo, considera-se uma base construtiva para uma nova maneira de viver em harmonia com o "meio-ambiente", isto é um novo estilo de vida (MARTINS, 1992). Os objectivos finais pretendem alcançar uma nova maneira de viver na cidade educativa. Trata-se de uma proposta de valores, de uma ética de valores, que supõe simultaneamente uma mudança de atitudes (responsabilidades, deveres, solidariedade, toma de decisões, consciência moral, exercício de espírito crítico...), bom uso racional dos recursos humanos e naturais, com uma prática de participação e cooperação entre os cidadãos.

Pedagogicamente este tipo de educação insere-se no que chamamos pedagogias de baixa tensão (educação não-formal e informal), conectada com as pedagogias de alta tensão (educação formal e escolar), que através da metodologia, da utilização do método científico e na interdisciplinariedade dos conteúdos ecológicos (Pedagogia Ecológica) e ambientais (Pedagogia Ambiental), devem fazer

participar todos os agentes educativos.

Os comportamentos humanos não mudam se a maioria dos indivíduos de uma sociedade não interiorizam conscientemente os valores mais positivos do "meio-ambiente", constituindo gradual e permanentemente uma espécie de autodisciplina e autogoverno ecológico e ambiental.

Alguns pedagogos e filósofos pensam que é exclusivamente com novas dimensões escolares (disciplinas, matérias, actividades, programas, etc.) ao nível curricular (pedagogias de alta tensão), que conseguiremos novas gerações humanas e uma consciência moral, partindo da formação das novas gerações o do combate aos problemas ambientais e ecológicos.

Os esforços da UNESCO no tema da EA desde da sondagem de 1965, passando por congressos, conferências, programas e acções, estabeleceram que os estudos sobre o "meio-ambiente" fizessem parte dos programas educativos dos diversos países. Conseguiu-se na Suécia o programa SLIM (anos 60), em França na Reforma de 68 ("tiers-temps pédagogique"), em Itália as experiências das escolas de Turim e Nápoles, em Espanha com a Reforma de 89, Portugal com a L.B.S.E., não falando dos países anglo-saxões que possuem uma longa tradição de programas de meio ambiente que está unida ao aparecimento da escola pública (a

harmonia do estudo do conhecimento como objectivo prioritário e de largo alcance no tempo escolar):

O que é actualmente a EA ?

Tá referimos que é uma acção ou processo de conhecimento da natureza concluindo a sua própria descrição. Sabemos que se trata de uma proposta educativa aos educadores (sem incluir exclusivamente disciplinas formais da comunidade escolar), através dos educandos, para maior participação consciente nos problemas e nas soluções do "meio-ambiente" (conservar, melhorar, etc.). A EA converteu-se num processo complexo de actividades, programas e reflexões que superam as simples descrições da natureza e das chamadas "aproximações aos meios-ambientais".

Este compromisso inequívoco do cidadão leva implícito a mudança de comportamentos, gerando novas atitudes no indivíduo, convertendo este num agente activo de interacção com o "MEIO". Por isso supera as etapas escolares e os curriculares, para alcançar toda a "situação e circunstância" do acontecer quotidiano. Toda esta acção é plausível humanamente com uma ética ambiental e ecológica.

A Comissão de Educação da UNESCO na reunião de Paris-1970,

propôs uma boa definição de EA, que repetida e matizada não variou até hoje o seu conteúdo essencial nos posteriores Congressos e Assembleias Internacionais sobre o tema:

«La EA es el proceso que consiste en reconocer valores y aclarar conceptos con objeto de fomentar destrezas y actitudes necesarias para comprender y apreciar las interrelaciones entre el hombre, su cultura y su medio físico. La EA incluye la práctica en la toma de decisiones y la propia elaboración de códigos de comportamiento relacionados con la calidad del entorno inmediato al ciudadano»

(ALLEN-CHIBA, 1979:27)

Superou-se, assim gradualmente o carácter "científico" limitado pelas Ciências Físico-Naturais sobre o "meio-ambiente", passando-se a incluir áreas ou âmbitos culturais, sociais, linguísticos, artísticos e essencialmente pedagógicos (Ciências da Educação), evoluindo até à interdisciplinariedade actual, em sintonia com os princípios da educação integral permanente.

Por outro lado, ela implica uma proposta de juízos de valor e uma consciencialização reflexiva e crítica sobre os problemas complexos do "MEIO", que são cada vez mais políticos, económicos, sociais, técnicos e éticos. Nesta pluridimensionalidade sentido, inclinamo-nos por uma moral ecológica e ambiental no nosso "território" (comunidade) ou lugar de permanência e vivência.

1.1. Os Antecedentes na História da Educação

A - A ESCOLA NOVA E O. DECROLY

Esta corrente "anti-intelectualista", designada movimento Escola Nova, foi uma reacção aqueles programas lógicos que pretendiam transmitir o âmbito cultural, descuidando o desenvolvimento das aptidões ou as capacidades individuais. O. DECROLY com os seus "centro de interesses", propôs um sistema centralizado nos interesses próximos à criança, tal como O P. AMÉRICO com as "Casas do Gaiato", na reconversão dos "gaiatos", adopta o auto-governo. Entendia Decroly que o fim último da educação é a conservação da vida, isto é, o destino de qualquer ser, diria o nosso Pai Américo "seria viver" e esta seria a função e os objectivos de qualquer educação: manter a "vida" e adaptar-se ao "meio" mais próximo à criança. Assim, surgiam os "blocos de actividade", baseados por um lado nas necessidades e por outro no conhecimento do meio (ambiente humano/animal/vegetal e ambiente inanimado).

Estes "centros de interesses", eram dotados de uma metodologia centralizada em dois princípios (globalização e dos passos formais), em que cada escolar ao realizar cada

centro de interesse recorria e praticava as três fases do pensamento: a observação, a associação e a expressão.

Neste programa educativo de tratamento didáctico ao nível formal deste pedagogo belga, os temas de trabalho (obrigações), guiados pelo motor inicial da curiosidade natural e espontânea de cada um deles. Orientando estes interesses de modo a implicarem gradualmente as diversas áreas do curriculum escolar (por exemplo: "a alimentação"; os escolares começam por estudar a alimentação quotidiana, depois indagam a origem dos alimentos, os preços, a preparação, a conservação, etc., surgindo as Ciências Naturais, Geografia, Matemáticas, Linguagem, Higiene, etc.). Estes exercícios de observação são o meio de explosão de outras actividades mentais formadoras da base racional, permitindo uma inteligência activa. Segue-se a associação com os contributos, mas voluntários, dos escolares ajudados ou não pelos educadores, comprovando o observado, segundo normas (causa e efeito, continuidade, tempo e espaço...). Finalmente, está a expressão do pensamento próprio na representação da escrita/leitura, desenho, trabalhos manuais, etc., que servem para traduzir em mensagens inteligíveis os resultados das fases anteriores.

O movimento pedagógico renovador da Escola Nova iniciou-se em Calais numa reunião de educadores

(1916 destaca-se a participação de Faria de Vasconcelos) que redactaram um documento (autoria de A. Ferrière), cujo conteúdo educativo se difundiu na Europa. Inicialmente, construíram estes pedagogos escolas de elite situadas no campo, porque estimavam que no "meio-ambiente" rural (influência de Rousseau e Pestalozzi) estava o "meio natural" da criança.

O influxo da natureza, as suas potencialidades e as possibilidades de emular ou intentar repetir as actividades (rurais) dos homens primitivos, a vida sã ambiental em contacto directo com o "MEIO" (tal como o P. Américo ao nível não formal ao fundar em 1946 as Casas do Gaiato: Cf., Elias, 1958: (61-148), exigia a acção de:

I) pequenos grupos de trabalho (obrigações), com responsabilidades nas actividades manuais, cultivo da terra e dos animais, os trabalhos livres, etc.;

II) cultivo do "corpo": alimentação controlada, saúde puericultura, higiene, profilaxia, desporto, ginástica, jogos e brincadeiras, etc.;

III) excursões a pé, visitas, acompanhamentos (influência dos "Boys Scout" de Baden Power), museus pedagógicos, etc..

Todo este ensino se centraliza nos factos e nas experiências ou nas vivências pessoais, permitindo uma melhor aquisição dos conhecimentos (métodos essencialmente indutivo) resultantes das observações e das acções práticas (vivências) devidamente organizadas.

B. O MÉTODO DE PROJECTOS: KILPATRICK E MURRY

A corrente pragmatista, nascida inicialmente para as escolas rurais e alargada, devido ao êxito obtido, a todo o sistema educativo americano como um complemento dos currículos ordinários (Educação Normal)..

Projecto é uma situação problemática com soluções no próprio ambiente. O aluno nesta "situação" enfrenta as necessidades, as dificuldades e as opções da vida quotidiana. Os projectos são, assim, unidades temáticas de ensino, devidamente organizadas tal como as coisas do dia a dia. O objectivo não é tanto "fazer algo" como "aprender algo" para a vida.

Kilpatrick acrescenta que o importante do projecto é a actividade interessada, entusiasta, cheia de propósitos. Um dos problemas da educação é pôr em contacto o trabalho da aula (nível curricular extra-cur-

ricular) com a vida exterior comunitária (área Escola) (KILPATRICK, 1956:357). Mc. Murry e Kilpatrick insistem que a participação (formas complexas e técnicas) dos indivíduos na vida actual resulta impossível sem uma preparação adequada.

Em cada projecto (unidades de trabalho no programa escolar) deve-se resolver problemas reais (dar soluções) existentes nos temas escolhidos e cuja solução requer uma organização, um plano de trabalho. Pretende-se estimular a capacidade da criança pelas exigências das situações em que se encontra, surgindo da sua acção e sentimento (J. Dewey).

Os temas dos projectos são provenientes do "meio imediato escolar", não exigindo muitos conhecimentos, a não ser capacidades de procura e execução. Num verdadeiro projecto a conexão entre o estudo e as tarefas a realizar, deve referir o que pretendemos estudar para seguidamente ser comprovado periodicamente. O estudo e a realização material são sempre simultâneos.

O método de projectos anima o "espírito das coisas imediatamente práticas". É um ensino descontínuo e não formal. Distingue Mc. Murry entre "projectos maiores" e "projectos menores". Os primeiros são unidades de trabalho, denominadas "projectos vitais" com um propósito cultural ilustrando conceitos importantes ou um conjunto informativo transcendental. Os "projectos menores" são um

produto concreto que consistirá em uma acção prática como por exemplo saber arranjar uma fechadura.

Pretende-se, fundamentalmente, que o aluno faça algo que goste e que lhe interesse. As noções essenciais de leitura e calculo são ensinadas sem necessidades de aprendizagens sistémicas, mas por uma intuição sensível e natural (Rousseau, Pestalozzi, Froebel,...).

O sentido prático do método de Projectos adapta-se a unidades de trabalho em Educação Ambiental. Neste caso estimula-se os alunos para "projectos integrados" (curriculares, extra-curriculares, etc.), como uma série de actividades enquadradas com um espírito científico à volta de um tema complexo, denso e variado. Motiva-se numa perspectiva de "Área-Escola" ou "Educação Cultural" o observar, o comparar, perguntar e o indagar as questões ecológicas e ambientais. Nasce assim lentamente uma interiorização consciente do aluno. Ensinar aprendendo à medida que se necessita em cada situação (Pedagogia das Situações).

C - O ENSINO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Este programa (por exemplo, o movimento de Freinet, Garcia, Hoz, pedagogia institucional,...) adapta os saberes práticos (O. FAZER) da

corrente americana pragmática ao sentido social, pela intervenção das diversas manifestações sociais na vida dos indivíduos. A escola actual não é capaz de preparar para a vida (I. ILLICH, GOODMAN, REIMER,...) a não ser que ponha em contacto os educandos com as "realidades" e os "problemas sociais", entre eles o "meio-natural" que faz arrancar as primeiras impressões à criança e permite-lhe construir as suas capacidades intelectuais, o "ambiente social" que lhe facilita construir a sua ordem moral e social prática. É necessário situar o educando no contexto dos problemas e das actividades sociais vigentes, proporcionando-lhe a ocasião de enfrentar-se com os fenómenos sociais extra-escolares ou extra-curriculares (educação não-formal).

A EA não é apenas um problema científico, mas um problema da vida e das pluridimensões do "educar" do homem, em que entram as diversas soluções das Ciências da Educação num carácter interdisciplinar (GARCIA HOZ, 1970: 388-403).

Conhecer o "território" ou "comunidade" (local ou região), exige uma consciência moral comportamental do homem requerida por uma série de actividades: o urbano, a paisagem, a arquitectura/urbanização, a população e o desenvolvimento, a história/tradições, actividades laborais, a habitação, a administração e os

serviços sociais públicos, a cultura e os tempos livres, o recreio e o desporto, as manifestações religiosas, a arte, etc..

Esta interdisciplinariedade formal e não formal, implica a acção de todos os agentes educativos, numa pretendida consciência comunitária ou territorial incluindo as reflexões dessas actividades práticas sociais. O valor do trabalho em grupo e a cooperação ou gestão pessoal dos recursos e das práticas de uso corrente vai valorizando o educando num treino contínuo para a vida laboral ou profissional posterior à escola. Aprofundar as fontes documentais não formais incrementa a análise e a crítica dos dados obtidos à medida que superam as etapas educativas. A própria animação sócio-comunitária e a pedagogia social (educação na rua, educação social, crianças de famílias não normais) ajudam esta perspectiva ambiental de formação e informação dos educandos para os problemas ecológicos e ambientais.

1.2 - Características Gerais da EA

Definimos a EA como acção ou processo de reconhecimento ou "re-actualizar/re-ligar" dos valores humanos, esclarecendo conceitos e permitindo fomentar destrezas e atitudes necessárias à compreensão e à apreciação das interrelações no triângulo antropológico: "Homem"/

/"Sociedade", "Cultura"/"Educação" e "Meio-Ambiente". Trata-se de uma forma de educação cívica, social e moral levando implícito o compromisso cidadão, os problemas quotidianos da conservação, da administração e melhoria do "meio-ambiente". O homem é o único ser vivo que tem capacidade de raciocínio (GIOLITTO, 1984:31), assim, há que ensinar às crianças e aos jovens a ler o "meio-ambiente" de modo a incitá-los à defesa, conservação e preservação dos meios.

Toda a instrução actual está destinada essencialmente à vida sendo necessário analisar as tarefas quotidianas para podermos elaborar os programas (curriculares) de EA segundo os contextos sócio-culturais de que partimos. Assim, na Educação Infantil/Primária e as primeiras fases de escolaridade obrigatória, os conteúdos obtêm-se das tarefas básicas (temas de trabalho) e da convivência em que se desenvolve a vida individual e comunitária da criança, numa metodologia activa e estimuladora. Nas fases posteriores de escolaridade obrigatória trata-se das variáveis que fazem parte do "meio-ambiente" (nível local/regional, nacional, CEE,...), utilizando as metodologias das técnicas de observação. No ensino secundário e na "educação aberta" ou "não-formal" os conteúdos integram os fundamentos do "ecossistema humano" e as respectivas interacções humanas, os

processo físicos, sócio-culturais e biológicos (legislações regionais, nacionais e internacionais; técnicas de experimentação; monografias, boletins, posters, etc..).

Esta metodologia interdisciplinar incluída pela UNESCO (ALLEN-CHIBA, 1979:52) vincula as ciências sociais e biológicas, que desenvolvem o conhecimento social e científico necessário à compreensão (meio social/tecnológico e económico criado pelo homem) e à resolução dos problemas ambientais (Conferência de Tiblisi). A Pedagogia Ambiental não constitui uma nova disciplina curricular sobre o "meio-ambiente" com noções e conceitos das áreas das Ciências da Educação, mas é o lugar do encontro (convergência) dos assuntos ecológicos e ambientais imprimeados com um novo espírito humano, pretendendo uma visão integral dos problemas "meio-ambiente". A conferência da UNESCO de Moscovo (1987) insiste num novo comportamento de valores e atitudes humanas não conseguidas apenas pelo ensino formal.

Pretende-se criar uma atmosfera educativa dentro e fora da escola ("cidade educativa ecológica e ambiental") começando desde as etapas da educação infantil até às adultas numa mobilização total da "comunidade" do "como" deve ser o "meio-ambiente" (5ª Sessão do Comité da ONU - Génève, 1975). Esta perspectiva de educação permanente une a existência de uma relação

orgânica entre as pedagogias de alta e baixa tensão na formação do cidadão, através do sentimento da responsabilidade moral pelos problemas ambientais.

Na Conferência de Estocolmo (1975) começa-se a falar desta nova ética do desenvolvimento, do comportamento quotidiano dos indivíduos no respeito ao "meio-ambiente" em que está inserido, reforçando o sentido dos valores e contribuindo ao bem-estar da "comunidade ou do território" (sobrevivência humana).

Creemos que compete à Pedagogia Ambiental (formal e não-formal) a tarefa de conduzir à "tomada de decisões" e à formulação duma deontologia pessoal e profissional em relação a esses problemas ecológicos e ambientais. Isto requer uma aquisição de destrezas, aptidões e hábitos de vida na inter-relação sistémica do "Homem-Meio", do domínio de habilidades e da "descodificação" das mensagens ambientais (capacidade de observar, registar, seleccionar, tomar decisões, exercício contínuo do método "problem-solving" na procura de soluções ou captação das situações de conflito ambiental).

Efectivamente, a formação (inicial e contínua) dos formadores é essencial (por exemplo a

"investigação-acção" é um bom instrumento de EA nessa formação) frente à quantidade de informação sobre o "meio-ambiente" (o adquirir, organizar e utilizar as informações) numa aplicação prática das suas destrezas cognitivas nos processos de tratamento (cibernético) dessa informação (ALLEN-CHIBA, 1979: 91-119). Entre essas destrezas, destacamos a capacidade de transferir valores (=novos comportamentos) à "comunidade" local, fazendo operativo os seus saberes e ajudando a "criar climas de opinião" favoráveis às mudanças individuais (consciência moral) dos problemas ambientais.

A Educação Permanente é um processo contínuo desse aprofundar dos problemas ecológicos e ambientais, de modo a melhorar o educando ao longo do seu processo formativo, nos recursos e estratégias que sejam aplicáveis a situações concretas. Os movimentos juvenis ou estudantis, a educação recorrente e de animação sócio-comunitária, a escola cultural, o cultivo dos tempos livres/ócio, a educação urbana e cívica, etc, são boas formas de reflexão sobre a EA de modo a incorporar possíveis tomadas de decisão (actividades quotidianas) úteis à convivência humana.

A EA é uma coisa de todos e ao longo da existência humana.

2 - A ECOLOGIA E A CRISE AMBIENTAL

Há muitos Tratados de Ecologia que evidenciam o carácter específico da Ecologia (exemplo: A. H. Hawley, E. J. Kormondy, R. Margalef, M. R. Miracle, Ph. Dreux, ...) na definição de conceitos como por exemplo "nicho ecológico", "ecossistemas", etc, importantes nas questões ambientais, mas não é essa a nossa intenção. Pretendemos reflectir filosófica e educativamente sobre uma "ética ecológica".

E. KORMONDY ao ocupar-se da problemática da energia, dos ciclos biogeoquímicos ou da organização e da dinâmica das comunidades ecológicas, afirma que:

"...O homem não tem privilégio no domínio sobre a terra" que qualquer outro ser; o meio ambiente serve tanto o homem como a outras espécies. O ser humano tem mais uma responsabilidade superior sobre o meio ambiente, que as outras espécies,... A responsabilidade do homem é a de administrador e guarda, apoiada unicamente na sua capacidade de conhecimento, reflexão e predição,..."

(KORMONDY, 1975: 236-237 p.)

"...O homem reconsidere o lugar que ocupa na natureza, revise as suas atitudes para com o meio ambiente em geral e como disse Aldo Leopold, que desenvolva uma nova ética da terra,... Estas considerações devem servir de base a uma consciência

ecológica, a amar, respeitar, admirar e compreender o ecossistema global da qual formamos parte, e a uma ética que assegure a sobrevivência da espécie humana, com qualidade, dignidade e integralidade."

(KORMONDY, 1975:276).

Este texto é um bom exemplo de reflexão ética e filosófica para uma moral ecológica e ambiental desejada nos nossos dias. R. MARGALEF (1981:245) chega a dizer que o homem é um problema não apenas para si, mas também para a biosfera onde vive. Teremos que voltar a uma reconciliação entre a natureza e o desenvolvimento tecnológico na base do princípio ecológico de F. BACON: não podemos mandar sobre a natureza mais que obedecê-la?

A natureza rege-se por leis/regras que são necessárias para predizer os resultados da intervenção/acção humana. A Ecologia, como ciência, trata das complexas relações dos organismos com o seu "MEIO". Quando completa o "homo sapiens" como protagonista a Ecologia converte-se em "Ecologia Humana" (análise da relação do homem/humanidade com o "meio"/biosfera).

O homem ocupou ou ocupa progressivamente esse "meio" em que vive ("o seu meio-ambiente") transformando a superfície da terra e a composição da biosfera com as suas acções directas, pela via do progresso científico e tecnológico e dos modos de vida. A listagem dos componentes

dessa acção transformadora "indirecta" condensa-se nos desperdícios industriais e nucleares (cemitérios de resíduos), detergentes, contaminantes, lixo doméstico e químicos, insecticidas/pesticidas, chuva ácida, etc, que provoca, como consequência, que aquele mecanismo adaptativo essencial ("comunidade" ou "território") se desequilibre pelo "leitmotiv" do progresso ilimitado.

Será a responsabilidade cívica, o conhecimento científico, a inovação tecnológica e a educação que devem encontrar "saídas satisfatórias" à crise ecológica e ambiental do século?

O vínculo entre as Ciências Naturais e Sociais intenta procurar bases teóricas de tratamento interdisciplinar, de reorganização a um nível epistemológico (biografia, teoria dos sistemas e cibernética; p.exemplo a outro nível J.Piaget).

Nunca como agora foi tão urgente obter uma compreensão global do colapso civilizador do mundo e do homem pelas diversas vias das ciências e da reflexão filosófica (ética) (PIKAZA, 1985). O reconsiderar do homem e do seu "território", determina uma dupla dimensão do discurso do fazer ecológico e ecologista acerca da crise ambiental. Contudo, pensamos que o conceito de Ecologia deve estar impregnado de relações sociais convertendo-se numa "ecologia social" (MORIN, 1977:36ss), onde a consciência ecológica, possa permitir a

reorganização das relações do homem com o "meio-ambiente" e do homem com o homem.

O tema Ecologia e a carga conceptual que arrasta tem-se difundido nas mais variadas áreas do conhecimento, entre elas a investigação em "didáctica" (por exemplo nos anos 80: W.Doyle, Shaw, Turvey, Von Cube, Mace,...).

Alguns especialistas em Ciências da Educação elaboraram o chamado "paradigma ecológico", como alternativa a outros "paradigmas"(=modelos) vigentes (nota 3), assumindo uma função de cobrir algumas das suas deficiências. Os princípios conceptuais desse paradigma encerra a consideração do "meio ecológico" como um conjunto de estruturas físicas, sociais e psicológicas caracterizadoras das relações e das mudanças pessoais com a natureza, dos objectos artificiais e dos organismos do mesmo "território"/"comunidade".

O chamado "ambientalismo" (biológico) é uma perspectiva mecânica e instrumental, diferente de Ecologia, que concebe a "natureza" como algo composto de "objectos" (animais, plantas, minerais) que devem ser bem aproveitados para uso humano, isto é, a natureza seria um depósito de recursos naturais/matéria prima.

Pensamos que, com esta mentalidade e um projecto mal chamado de "ecologistas" não se consegue o

equilíbrio, mas sim um adiamento do abuso da utilização/alteração do "Meio". Não pomos em dúvida que a humanidade deve dominar a natureza, mas a questão reduz-se ao modo das relações do "mundo natural com o social" (inter-acção entre a ecologia social e a natural: J. Piaget "Biologia e conhecimento": F.Jacob "O jogo dos Possíveis": E. Morin "Diário de Califórnia"; etc.). A identificação do problema ecológico de "ecossistemas" no "meio social" são as características da visão ecológica.

A Ecologia Social supõe que o meio natural, os objectos da civilização e o conjunto de fenómenos da sociedade (MORIN, 1980:12-79) constituem todos juntos um meio (natural, técnico e social/cultural) para os indivíduos, para a Comunidade e Instituições. Numa perspectiva sistémico-cibernética esse "Meio" obedece a leis de programação para desenvolver-se e transformar-se, de modo que sendo um "Sistema Aberto e Comunicativo" (mamíferos superiores, seres humanos, sociedades modernas) rege-se pelo princípio paradoxico de que a independência dele é proporcional à dependência do ecossistema. O indivíduo apenas desenvolve a sua autonomia através de algumas dependências técnicas, culturais e educativas. Assim, se explica a tendência dos sistemas abertos à auto-regulação/controlo comunicativo (determinismo interno) de resposta ao determinismo do ecossistema acentuado

na divergência dos "feedbacks negativos e positivos" da crise ecológica.

A noção de "ecossistema" é chave para dar resposta à "crise", entendida integralmente como conjunto de interacções e interdependências. A lógica da Ecologia ilumina sobre os males sociais da nossa herança natural e da humanidade, considerando que organizemos racionalmente e socialmente o uso e distribuição dos recursos caso contrário caímos numa barbárie ou catástrofe do Planeta. Hoje os países tentam misturar o problema ecológico com o económico na base dos "custos", pondo de lado o tipo de "bem livre" do "meio-ambiente". Talvez sofremos uma "doença meta-física" em sentir a natureza como uma força externa que devemos dominar e conquistar. A cura passa por um esclarecimento das nossas convicções e concepções: ver o "problema na sua totalidade" ou integral, tratando de desenvolver um novo estilo de vida (produção, consumo,...) e procurar uma revolução nas tecnologias destrutivas. O homem não pode viver sem ciência e tecnologia, mas também não pode viver em contra da natureza.

LILLICH refere a absorção do público nestes problemas ecológicos dando a possibilidade de um discurso ético contemporâneo, apesar da mentalidade económica, as intenções de medir e verificar operacionalmente os valores colonizou e monopolizou a política e a ética (criadas desde a

economia). O homem explorou a natureza servindo-se dela, persuadido de que esta é inesgotável e que a sua "acção" a melhora e não a destrói. O problema é que o fez de costas para as leis do equilíbrio da natureza provocando prejuízos mundiais irreversíveis. Por isso, a ciência ecológica encarregada de estudar as leis e equilíbrios ecossistémicos tem que se desenvolver numa descrição das situações ecológicas.

3 - OS RELATÓRIOS DO CLUBE DE ROMA E A CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

E a nossa intenção neste capítulo referir sumariamente os contributos dos mundiais sobre as ameaças ecológicas do presente século (explosão demográfica, deterioração do meio-ambiente, corrida aos armamentos e à tecnologia nuclear, etc.). Resaltaremos os critérios com que os governantes e os cientistas (principalmente economistas) abordaram os temas ecológicos e ambientais. A equipa de cientistas "Meadows" - Clube de Roma, elaborou vários "World" sobre os limites do crescimento e de como configurar a nossa sociedade. Em 1966 Aurélio Peccei (director de uma empresa de engenharia) fundou o Clube de Roma formado por economistas, biólogos, sociólogos, empresários e especialistas

de programação propondo uma série de estudos globais sobre estas questões mundiais.

O primeiro relatório ("world-1") do MIT (Massachusetts Institute of Technology) dirigido por J. W. Forrester em 1970 tem como consequência a declaração do "Ano Europeu para a Conservação da Natureza" e a Conferência dos governos europeus (Estrasburgo) que declara uma maior administração racional do "ambiente" dando prioridade a linhas de actuação à escala internacional/local e aos planos de política nacional dos países participantes.

Em 1971 Forrester publicou o "World-2" relacionando os sectores básicos (população, investimento de capital, espaço geográfico, recursos naturais, contaminação e produção de alimentos) como variáveis em evolução na dinâmica das transformações do sistema mundial. Será em 1972 (três volumes) que a equipa dirigida por D.L.MEADOWS dentro do MIT, fornece ao Clube de Roma o relatório de um possível equilíbrio global, seguindo-se a apresentação técnica do modelo "World-3" (1973) aperfeiçoado por Forrester numa estimativa empírica desses parâmetros mencionados. No mesmo ano celebra-se em Estocolmo a Conferência da ONU sobre o "Meio Humano" (eco da celebrada em 1949 em N.York da que saiu a "Declaração" com 26 princípios e a criação do PNUMA-Nairobi).

Não devemos esquecer que o marco de gestão e desenvolvimento dos problemas ecológicos e ambientais estão na "economia" a partir dos diagnósticos de Malthus, do optimismo da economia clássica de Adam Smith (seguidos das teses do estancamento económico de J.Stuart-Mill), na lei dos rendimentos decrescentes de David Ricardo, na crítica de Marx & Engels aos modos de produção, os estímulos ao investimento e ao emprego de J.M.Keynes, etc. Salientamos, também as análises contemporâneas de futuro de C.Rogers, F. Capra, D. Sprangler, B. Skinner, H. Handerson, etc; situadas num mundo transformado resultante de uma mudança de paradigma para uma existência criativa (sociedade com mais ócio). Desde a 2ª Guerra Mundial até à "Guerra Fria" passamos do crescimento sem limites ao crescimento zero com um expansionismo económico ignorante dos limites dos recursos naturais e des preocupado pelos problemas ecológicos e ambientais.

A Escola Sociológica de Paris com Alfred Sauvy alertou para a toma de consciência dos problemas ecológicos e dos defeitos do sistema de crescimento, pretendendo uma correcção nos parâmetros de bem-estar.

Merece menção a "Carta Manshot" (9/02/1972) na Comissão da CEE, como um documento que conclui a incompatibilidade do modo

de produção capitalista com a sobrevivência da humanidade no Planeta.

Mencionamos também, o "Manifesto" (1972) de E.Goldsmith (Dir.) sobre os limites ecológicos e sociais do crescimento nas questões nucleares, vinculando escatologicamente a consciência ecológica com a religiosa.

Esta aproximação global, que surge nos anos 70, pretende interrogar-se pelo papel do homem no mundo, introduzindo conceitos morais como a solidariedade dentro dos diagnósticos de investigação. Começa-se a procurar na análise dos limites e ameaças do crescimento selvagem, mais os fins ("mudar o mundo e a vida", por ex. nos trabalhos de R.Garaudy) que os meios técnicos de desenvolvimento, através de uma fundamentação filosófica à consciência ecológica. Difunde-se a ideia de que o importante não é a perturbação do "meio" pelo homem, mas as "causas profundas" dessa perturbação que são decisivas à sobrevivência.

O "World-3" de Meadows/MIT (segundo o modelo de Forrester) foi caracterizado como a "profecia do colapso" ao denunciar o esgotamento dos recursos não renováveis. Parte do princípio que a natureza é sábia (os desequilíbrios levam a um equilíbrio natural) porque os recursos de "feedback negativo" da natureza não são capazes de compensar o sistema acelerado de "feedback positivo" (=modelos de desen-

volvimento e das relações da civilização humana com a biosfera). Antes de difundir qualquer nova tecnologia deve-se calcular as consequências físicas, sociais e os prazos dos seus impactos, implementando-se políticas de correcção nesses modelos de desenvolvimento (por ex.: crescimento zero da população) (TINBERGEN & DUTTON, 1976). Em 1977 o relatório MIT de M. Mesarovic & E. Pestel ressaltou a necessidade de rever a hierarquia de valores de modo a promover uma autêntica consciência mundial frente à utilização dos recursos mundiais, numa atitude de harmonia com a natureza.

Estes Relatórios elaborados para o Clube de Roma serviam para evidenciar a discussão dos problemas essenciais à Humanidade em que os economistas não tinham dado a devida atenção. Mostram com clareza e apoio empírico que o custo da depravação do mundo físico/natural e o estilo de vida (privilegio de minorias) da sociedade industrial e tecnológica é tão elevado que põe em risco a sobrevivência da espécie humana. Contudo, os seus "critérios" intentaram descobrir novas reservas de recursos tradicionais e as novas tecnologias originariam recursos totalmente novos ou métodos para utilizar os já existentes.

O 3º Relatório do Clube "A Nova Ordem Internacional" (1976) dirigida por J. TINBERGEN ocupou-se do desnível e desigualdade entre os

países ricos e pobres. A pretendida arquitectura dessa ordem internacional expõe uma série de caminhos ou estratégias no Conflito Norte/Sul para lograr um crescimento global do mundo e uma planificação integral dos recursos. Este relatório abre as portas a novas opções e oportunidades ao modo de vida dos países desenvolvidos mantendo a harmonia de estruturas.

Os temas ecológicos da ONU sempre foram tratados até à Conferência de Estocolmo e à fundação do PLUMA, no seio da UNESCO. Foi nesta Conferência que saiu a "Declaração sobre o meio humano", que é uma autêntica "carta magna sobre ecologia e desenvolvimento" com um conjunto de 26 pressupostos dirigidos a reconsiderar o papel e lugar do homem no "Meio-Ambiente" em que vive, reconhecendo-se o direito a viver no meio com qualidade de vida digna e a obrigação de proteger e melhorar o "meio" para as futuras gerações (novos modelos de progresso e crescimento). Na mesma linha, mas com conteúdos distintos, referimos a "Estratégia Mundial para a Conservação" (1980) elaborada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUNC), com o apoio de organismos internacionais propondo requisitos e políticas necessárias à conservação ecológica e ambiental.

Nos anos 80 a Administração Carter publicou o "The Global 2000, Report to the President of U.S." como

um conjunto de três anos de investigações utilizando vários modelos de correcção, debruçando-se principalmente pelos temas da população, renda/PIB, desenvolvimento tecnológico, chuvas ácidas, destruição da camada do ozono, concentração do CO₂, perda dos terrenos de cultivo (desertificação) e crescimento das cidades, contaminação do ar e das águas, extinção de espécies vegetais e animais, etc., procurando-se energias alternativas. A finais de 1983 apareceu outro "relatório 2000" (URSS) o "Prognóstico soviético para o nosso futuro" contendo perspectivas sobre os limites do crescimento mundial, conhecendo-se os pontos de vista soviético sobre a ecologia e os problemas do meio-ambiente (tratamento da Sibéria como grande reserva virgem da Humanidade). A energia alternativa na URSS parece ser a "nuclear", não considerando neste documento o problema dos resíduos e das possibilidades de acidentes. Contudo, enfrentam os problemas ecológicos com critérios "ambientalistas" sem combater as causas que os geram (esquecem a situação da biosfera).

O sistema de "feedback positivo" (acção sobre o meio) imposto pelas tendências do progresso da civilização já não é compensável pelos recursos do "feedback negativo" da natureza (mecanismos de regulação que equilibra o conjunto de modo estável) (SOSA, 1989:205-213). Por isso

é preciso reestruturar as necessidades e rever as hierarquias: dos valores vigentes como caminho de procura de soluções éticas.

Todos os Certames/Conferências realizados na época dos 80 pelos Organismos Nacionais e Internacionais, com os respectivos princípios estabelecidos promoveram a esperança no dever da acção aos problemas ecológicos mundiais, mas o fracasso das políticas e das instituições levaram a declarar a "ética ecológica e ambiental", como o modo de reflexão no terreno da consciência moral humana, na procura de uma fundamentação dos deveres ecológicos e ambientais reconhecidos por todos os homens. Todo este pensar/actuar levou-nos ao grande debate mundial em 1992 da Cimeira do RIO.

4 - O DISCURSO FILOSÓFICO NUMA ÉTICA ECOLÓGICA E AMBIENTAL

Nos últimos anos manifestou-se um movimento "meio ambiental" em todo o mundo que obrigou os pensadores a reflectir sobre algumas posições básicas; categorias e valores normalmente usados para entender a acção humana sobre o mundo. Dita reflexão filosófica parece responder à necessidade de encontrar novos critérios morais (atitude para uma nova consciência

moral), que reocupem outros, ampliem ou melhorem os tradicionalmente assumidos. Esta discussão dialéctica gira à volta de certos temas centrais: entre uma: a)-concepção antropocêntrica e concepção biocêntrica do mundo: ou b.)-entre uma perspectiva holista da realidade e uma atomista e individualista. Tais pensadores tratam mais com sistemas que com indivíduos ou propriedades de indivíduos, inclinando-se a favor das concepções holistas (Heráclito, Espinoza, Heidegger,...) frente às outras consideradas reducionistas.

J.PASSMORE (1974) reivindica um novo paradigma que provoque uma mudança substancial nas atitudes básicas aceites por todos, nos valores e crenças, de modo a punir as actividades agressivas e devastadoras contra o "meio-ambiente" (é mais um "discurso" que denuncia).

Porque falamos de "ética ecológica e ambiental"?

Frente aos diagnósticos, análises e crises expostas anteriormente podemos prescrever medidas que revolucionem a consciência de qualquer homem (conveniência das catástrofes locais para enviar a catástrofe planetária). Talvez teremos que nos perguntar como C.S. Lewis no "The Abolition of Man" (1947) se a desapareição do homem é fruto da etapa final do domínio da tecnologia sobre a natureza. No subjugar o "meio ambiente" ao poder tecnológico não é o homem que vence, mas uns poucos

que submetem a "natureza" e os outros homens, à concepção do poder tecnológico, confeccionando novos modelos/arquétipos de vista, valores, comportamentos e imperativos.

Se isto é assim, pode ocorrer o silêncio das consciências devido à imparável degradação ecológica, uni-da desertificação da ética terminando no final do sujeito ético (a dificuldade nas soluções ecológicas radica na complexidade dos modelos de necessidades humanas). Esta ideia é primordial para abordar a reflexão filosófica sobre ética ecológica e ambiental uma vez que é necessário uma simplificação das necessidades humanas nas sociedades de maior renda/PIB. Não esperemos boas vontades políticas de reestruturação ou medidas impositivas, mas uma generalização da consciência ecológica que assuma dita redução, pressionando os poderes públicos e institucionais no sentido de implementar eficazmente políticas ecológicas e ambientais.

O homem, por outro lado, ao desenvolver a tecnologia como complemento ou mediador com a natureza, constrói contra a biosfera uma tecnosfera moldada aos seus usos, cujos efeitos mais graves são irreversíveis. A ideia pacifista que apresenta a necessidade de outra ordem de relações entre os seres humanos, está vinculada à ideia ecologista. Hoje a tecnosfera tem uma quantidade de armas sofisticadas e

altamente destruidoras (centrais nucleares, contaminadores, indústrias consumidoras de energia e produtoras de resíduos, etc.), estando mais limitada a nossa liberdade e a procura da felicidade e justiça. Possivelmente a ética não se ocupou ainda devidamente da "técnica" e dos seus impactos.

Os próprios teólogos nos seus discursos de propostas de códigos de moralidade começaram a ocupar-se dos problemas ecológicos e ambientais (PIKAZA, 1985), procurando no seu corpo dogmático de credos religiosos a fundamentação de uma nova moral.

No âmbito das decisões individuais reconhecemos a magnitude dos problemas ecológicos, recaindo o discurso no chapéu da adaptação do homem a novos ambientes e situações, em que a pergunta moral continua a ser a velha pergunta dos fins. São perguntas geradoras de uma consciência ecológica e ambiental expressa em opções e escolhas (Quê e como devo fazer?).

No âmbito das decisões colectivas (políticas e económicas) existem propostas e programas de intervenção ao nível dos Organismos Nacionais e Internacionais, que consideram a crise ecológica como uma crise energética ou de progresso, que talvez nos conduza, a deterioros e a um tipo de sociedade mais descentralizada e autónoma (mudar de

energia ou de tecnologia é mudar a sociedade).

Neste final do século a oportunidade de escolha como modo de criar novas formas de vida (comportamentos e atitudes responsáveis), de comunicação, de consumo de relações, é fundamental para alcançar um horizonte de justiça e felicidade.

Outra questão neste discurso filosófico dentro da ética ecológica é o movimento de alguns filósofos práticos (P. Singer, Tom Regan,...) a favor dos direitos dos animais. Os textos bíblicos (Antigo Testamento) e os de alguns pré-socráticos (Empédocles, Anaxágoras, Pitágoras,...), de Plutarco e na Idade Média, referem o laço consciente e emotivo dos animais e das crias que exige um tratamento humano benévolo com eles. Há o perigo de centralizar este discurso ético unicamente no tema do tratamento/direitos sobre os animais, mas o problema reduz-se à capacidade de sentir dos animais na base dos seus direitos, a não sofrerem.

No caso dos direitos dos animais a própria F. do Direito debateu o caso com justificações jurídicas ("ter direitos"="ter uma pretensão"), distinguindo a aceitação de leis (direitos "strito sensu") ou princípios de uma consciência livre de prejuízos (direitos morais). O obstáculo principal é a suposta referência que os animais não fazem parte do

contrato de reciprocidade em que se apoia a moral humana.

O debate opera-se com um critério antropomórfico bastante discutível (FERRATER & COHN, 1981:78). Chega-se a discutir sobre as teorias da justiça como reciprocidade, aparecendo estas como candidatas a servir de bases de fundamentação para a Ética:

"...Se a base da Ética é que me abstenha de cometer infâmias aos outros enquanto eles não as cometem comigo, não há razão para não cometer infâmias com aqueles que são capazes de reconhecer a minha abstenção" (SINGER, 1979:92).

Vemos aqui uma crítica aos ecos da "República Platónica" e às Éticas Contemporâneas (J.Mackie, J.Rawls, etc.) que a consideram como um contrato universalizador dirigido às explicações e justificações dos juízos éticos (os menores, os sobre-dotados, os marginais e os anormais teriam uma reciprocidade duvidosa, tal como a obrigação dos países ricos ajudarem os mais pobres).

O caso das gerações futuras foi ainda pouco tratado. No sentido da ética ecológica e ambiental tem relevância essas obrigações morais dos seres humanos actuais com os futuros seres. Sabe-se que estas afectam todo o trato e uso das presentes gerações com o "meio-ambiente" (problema de direito ao nascer, o aborto, a eutanásia, a protecção das espécies, a exploração das matérias primas, etc.), convertendo-se num

problema de potencialidades directa/ /próxima e indirecta ou longínqua (egoísmo utilitário desconsiderado). O eixo de todo este raciocínio são os interesses humanos.

Inicialmente a Ética originou-se historicamente num contrato entre os seres capazes de reciprocidade, mas na situação actual de extinção progressiva das espécies e das crises ecológicas, originaram a impossibilidade de fundamentar nessa "reciprocidade" a Ética do séc.XX.

Surge-nos, assim neste discurso filosófico actual sobre a ética ecológica e ambiental duas questões fundamentais, a saber:

A.)- O conceito de "interesse" e de "valor".

O conceito de "interesse" tem um grande papel na Teoria Ética, apesar de estar ausente nas éticas essencialmente deontológicas (Kant), mas aparece hoje nas éticas contemporâneas, entre elas a ética do discurso de Habermas (1984). Neste pensador alemão os "interesses práticos" são determinados para estabelecer (pela argumentação racional) os critérios da validade das normas morais.

Dentro da ética ecológica e ambiental os "interesses" têm o papel de determinar o papel da própria Ética. FERRATER e COHN (1981:91) estabelecem o postulado da continui-

dade de níveis, em que os interesses da espécie humana coincidem/coexistem com os dos outros seres vivos, discrepando estes pensadores da posição de PASSMORE que se apoia nos interesses humanos como "supremos" (superiores). Os "interesses" podiam ser o conjunto de necessidades básicas pertinentes e de conveniência à satisfação da "comunidade" ou do "território".

Alguns pensadores (T.Regan: apenas os seres humanos têm reconhecimento de interesses morais) negam a possibilidade de uma ética "meio-ambiental", mas contradizem-se ao argumentar sobre os "interesses". O "argumento do interesse" defende que apenas podem ter relevância moral (ser dignos de consideração moral) os seres capazes de terem interesses e logicamente serem seres capazes de consciência. O SINGER (1979:24), defensor duma ética utilitarista, apoia-se no princípio da igual consideração dos interesses como o princípio da igualdade de todos os seres humanos e das suas relações. Recusa outras posições éticas como as de J.Rawls ("A Theory of Justice", 1971) no sentido de propor a personalidade moral como base para essa igualdade, apesar de se estabelecer graus de personalidade ("potencialidades das pessoas morais"). Essa igualdade entre os seres exige o argumento do limite da sensibilidade (SINGER, 1979:71), isto é, a capacidade de sofrer ou experi-

mentar prazer ou felicidade na nossa preocupação pelos interesses alheios. FERRATER MORA aceita este argumento fundamentando-o com a necessidade de uma ética ecológica, considerando o "meio-ambiente" como a "morada de seres que sentem intelectivamente ("sentientes")".

A noção de "valor em si mesmo", "valor por si mesmo" ou "valor inerente" é bastante utilizada nestas discussões de ética ambiental (termo anglo-saxão equivalente do da ética ecológica). A problemática da identificação do "valor" entra no campo da subjectividade e da objectividade do reconhecimento ou não dos valores intrínsecos da Natureza", etc., recaindo-se em questões ontológicas. FERRATER MORA opta por uma objectividade instrumental (biológica, económica, estética, ...), na "relativa relatividade" dos valores "meio-ambientais". Numa posição teológica explica essa sua apreciação subjectiva com a coerente atribuição (axiológica) do "valor em si" do "meio-ambiente".

Este conceito de valor implica, para Tom Regan (1981:19-34) numa posição crítica à ética ambiental o argumento da bondade. Não aceita que todos os valores reconhecidos na natureza não-consciente sejam considerados valores instrumentais, porque o seu impedimento inviabiliza dita ética. A sua investigação reconhece um "bem próprio" ou "valor em si" apenas dos seres capazes de

consciência, porque só aquele leva à sua felicidade. A grande dificuldade deste pensador está em não explicar o que é esse "bem ou valor" (=meios para alcançar os fins humanos).

Parece que o "valor" reside no próprio objecto, como consequência de possuir propriedades, independentemente de qualquer consciência. Reconhecer esse valor objectivo permite-nos justificar as nossas atitudes de admiração e respeito e as exigências de conservação dos valores da Natureza. As éticas utilitárias e deontológicas, que:

I.)- assente nas normas morais para tratar do meio-ambiente ou da nossa "morada" ("interesses comuns") (Ferrater Mora);

II.)- reconheça a existência de outras entidades distintas dos organismos individuais (espécies, ecossistemas) com os seus interesses morais significativos, mas sem ultrapassar os limites da perspectiva antropocêntrica;

Na perspectiva anti-anthropocêntrica (Callicott, Ferrater Mora,...) entramos na discussão dos interesses das espécies vivas na sua sobrevivência e desenvolvimento (a extinção de espécies rompe o equilíbrio), desaparecendo o nível das "pessoas em troca com os organismos e sociedades. Não duvidamos da associação simbiótica das combinações de elementos em benefício mútuo, com o resultado de qualquer equilíbrio ecológico, porque admitimos que há

interesses não humanos que os humanos (grau superior) estamos obrigados a respeitar e satisfazer.

b.)- O Antropocentrismo

Designamos com a etiqueta de "antropocentrismo" (oposto ao bicestrismo individualista e holístico) todas as concepções do mundo, da natureza e o lugar do homem neles. P.TAYLOR (1981) defensor desta perspectiva estabeleceu um "sistema de ética ambiental" centrada na vida, com uma alternativa aos sistemas de Ética centrados no homem (respeito pelas pessoas). A sua teoria parte de duas concepções importantes:

a.)- a consideração do bem das coisas vivas concebidas como um bem proporcional e a "bem do meio" (=average good: o grau de realização do bem estar dos organismos individuais na comunidade é proporcionalmente maior que outra ordem de funcionamento ecológico de relações entre espécies num ecossistema);

b.)- o "valor inerente" ("inherent worth") que guia os interesses e os limites de sensibilidade. Este valor apresenta dois princípios:

I.)- princípio da consideração moral: as coisas vivas ao serem membros da Comunidade vivente da Terra merecem o interesse e a consideração de todos os agentes morais;

II.)- princípio do valor intrínseco: ao ser membro da comunidade

de vida, todo o ser realiza o seu bem como algo intrinsecamente valioso, que merece que seja conservado e promovido como um fim em si mesmo;

Aceitar estes princípios supõe uma atitude de respeito pela natureza apoiado numa moral desinteressada e universal, que apresenta as disposições da: protecção e promoção do bem dos organismos e das comunidades de vida dos ecossistemas, das obrigações dos seus fins, sentimentos positivos/negativos em relação ao estado do mundo e do bem estar dos organismos e comunidades.

Reconhece-se a presença da comunidade biótica, em que a ética apoiada na justiça (Rawls), provoca atitudes nesses dois princípios, através de um sistema de crença integrador dos humanos, dos ecossistemas naturais, dos organismos individuais (centro teológico de vida) e da renúncia de superioridade dos humanos. Esta estrutura é simétrica à da Ética humana pelas pessoas.

Admitimos algumas críticas na teoria de Taylor. Por exemplo, o abandono da consideração de espécie em troca de "organismo individual", numa duvidosa convivência no mundo actual, em que o seu princípio de independência é o governante do devenir das comunidades bióticas da Terra. O bem-estar da biosfera realiza-se simultaneamente com o bem estar humano e não há independência

do "bem próprio" de todas as formas de vida ao nível ecológico.

Outras críticas, com pouco fundamento, mostram a equiparação (teoria biocêntrica) de suprimir a vida de qualquer ser vivo não humano e a de qualquer membro da nossa espécie. O princípio da imparcialidade nas Éticas humanas impede a solução dos conflitos entre as pessoas, enquanto o das espécies parece ser mais justo na solução dos conflitos entre as espécies.

Pensamos que o maior obstáculo nestas discussões incide na dificuldade de entender o mundo e a vida desde outras perspectivas que não sejam a humana, porque estamos limitados nas nossas interpretações da natureza e as nossas relações com o mundo natural movem-se dentro da estrutura dos desejos e necessidades.

P.TAYLOR ("Problems of Moral Philosophy" - 1969) recorda a distinção entre:

- a.)- o conteúdo da visão biocêntrica (crenças humanas proporcionais);
- b.)- o significado prático (princípio da imparcialidade como seres morais) de adoptar essa visão para conceber o mundo natural;
- c.)- a explicação psicológica do porquê dessas atitudes de necessidade e desejos humanos.

Numa posição antagónica, PASSMORE (1974: 82-95) propõe uma ética ambiental apoiada no interesse humano pela sobrevivência, estando a favor do equilíbrio biológico desejável

para os seres humanos e da comunidade biológica total.

Efectivamente, que o ser humano devido às potencialidades da tecnologia, alterou o meio, o seu equilíbrio e a dinâmica ecossistémica. Mas, sendo o homem o único capaz de possuir um universo moral e de decidir o seu destino, uma ética ecológica e ambiental pode supor para ele o escolher ou decidir o seu destino em solidariedade com a comunidade em que vive. Assim, surgirá uma atitude de reconhecimento do valor normalmente significativo (Taylor) do universo não humano. Talvez, essa ética se derive também dos direitos ou necessidades dos seres não humanos e das gerações futuras: tema central do antropocentrismo "moderado" e "forte".

Ambos antropocentrismos incidem na questão dos interesses humanos na diferença entre preferências sentidas (desejos e necessidades do indivíduo pelas suas experiências) e preferências consideradas (desejos ou necessidades deliberadas por ideais morais). O antropocentrismo "forte" considera as preferências sentidas dos indivíduos humanos como determinantes do valor e expressas nos seus interesses. O "moderado" proporciona a crítica ao sistema de valores prejudicados pelo meio, apoiando-se nas preferências consideradas (visão global do mundo de acordo com as teorias científicas justificadas e abertas aos ideais morais).

As éticas deontológicas contemporâneas, incluindo as comunicativas, dentro do seu antropocentrismo orientaram-se a um recurso base de manter a consciência humana no universo, corrigindo as preferências sentidas (individuais) com um critério universal que as transforma em consideradas.

A discussão filosófica sobre o antropocentrismo apresenta muitas matrizes e vários argumentos, dos quais podemos tirar elementos relevantes para uma fundamentação de ética ecológica e ambiental que referiremos nas nossas reflexões finais.

5 - O RECURSO TEOLÓGICO OU RELIGIOSO NA ÉTICA ECOLÓGICA E AMBIENTAL

A intervenção do discurso teológico sobre a Ecologia e "Meio-Ambiente" vem motivada por um duplo condicionamento dialógico:

a.)- resposta à mentalidade judaico-cristã e à concepção do mundo e do homem contidas no Génesis (1,28) no modo de exploração selvagem da natureza e o atribuir ao homem um domínio abusivo sobre ela;

b.)- necessidades de mobilizar todos os recursos (incluindo os escatológicos cristãos) que incidem na

opinião das pessoas e lhes provoquem mudança de atitudes e mentalidades.

Esta incorporação da teologia ao debate ecológico produziu-se devido às exigências científicas na crise ecológica. O recurso à religião obedece a motivos de tipo prático (SOSA, 1989) no sentido de esperar das instituições religiosas um poder convincente (crença) que gere uma consciência moral ecológica, como único caminho de solução à crise. Até ao Concílio Vaticano II a posição da Igreja foi de grande aceitação ao progresso científico e tecnológico (fé na criação):

O Pai Américo com a sua "OBRA da RUA" nos anos 40 expressa uma preocupação cristã ambiental traduzida na reconversão dos jovens "sem eira nem beira" e dos pobres para uma consciência responsável dos problemas ambientais (acampamentos, colónias de campo e de praia, cuidar do meio, etc.) da sua comunidade ou "território": "... Tudo quanto é vivo perturba estes pequeninos cheios de vida. Querem segurar com suas próprias mãos, ver como palpita, descobrir o mistério da vida; são os insectos, são as borboletas, são os passarinhos, são os animais domésticos - companhias felizes de quem hoje vivem perto e a quem procuram melhor conhecer para melhor amar" (P. AMÉRICO, 1985:26).

A construção de argumentos a favor de um "ecologismo cristão" bíblico real deve apoiar-se na interpretação ou reinterpretação das passagens do Génesis (cap. 1 ao 11)

em que dominar a Terra (sentido benéfico une-se à preocupação de cuidar dela. Acrescentamos, também, a pretendida concepção ecológica contida na Bíblia da condição e concepção do homem criatura (estrutura "criatural") no mundo a que pertence e que lhe pertence. O factor teológico nos problemas ecológicos e ambientais resume-se numa consciência da existência de Deus, que ao ser Senhor da Natureza e do homem reduz as diferenças entre ambos, de modo a que o homem seja o que deve ser e a natureza não seja degradada.

Esta argumentação contém a ideia da consumação escatológica que abarca a Terra e o mundo não humano pela dignificação da Providência (papel de Deus como Criador e Salvador). Contudo, os discursos teológicos abandonaram progressivamente este conteúdo integrando-se na procura de soluções à crise ecológica e ambiental dentro do movimento "ecologista cristão".

A consciência ecológica moral destes discursos teológicos despertam e formam um entendimento amplo do problema, através de uma ecologia radical vinculada aos temas primordiais da actualidade: desarmamento nuclear, consumismo, contaminação ambiental, uso pacifista da energia, etc., reconsiderando as formas de vida e do desenvolvimento da "comunidade" e do mundo (WESTON, 1985). Esta contribuição cristã permite-nos fundamentar a desejada responsabili-

dade ecológica e ambiental, devido à existente ruptura do homem com a natureza e simultaneamente com o mundo e com Deus. Assim, surge-nos um novo paradigma humanista criacionista (criacionismo ecológico e ambiental) que intenta corrigir as deficiências humanas e naturais, de modo a promover um equilíbrio entre os extremos através do factor "DEUS". Este situar-se-á no final do discurso, em que se fala do homem e da natureza e ambos se entrelaçam nos valores.

Há certas divergências nas posições cristãs e judaicas sobre a natureza. Os judaicos têm textos significativos no "Talmud" e no "Midrash", afirmando que o "Torah" contém uma autêntica ética ambiental judaica. Reconhecemos que as religiões consideram a natureza como algo sagrado, como por exemplo o Cristianismo ao acreditar na divindade encarnada. Mas não é apenas na doutrina hebraica ou bíblica judaica cristã as únicas a reclamarem normas morais para o "meio-ambiente" transportando a carga da responsabilidade humana com a natureza, há também os modelos de religiosidade orientais (GOODMAN, 1980).

Ao olhar actualmente para estas religiões orientais apoiadas no factor místico e contemplativo com predomínio sobre o racionalismo e activismo, a sua cosmovisão panteísta e a integração do homem nos ciclos da natureza, pode permitir-nos fomentar

essa "ética ecológica e ambiental" que propomos.

Manifestamos este recurso ao religioso devido a uma disposição de fé ou ascética da sobrevivência dos seres vivos, que fundamente uma utilidade não só para o crente, mas uma eficácia comportamental de toma de consciência moral das pessoas nos problemas dos limites da racionalidade humana. Nesta racionalidade incluímos a ética ecológica e ambiental. Gerar em "fé e amor" novas consciências morais é contribuir para o equilíbrio do ecossistema e proporcionar uma felicidade mais agradável do homem com todos os seres da Natureza (esperar na esperança).

6 - REFLEXÕES FINAIS

A reflexão sobre a "natureza" e a possibilidade de uma ética ecológica e ambiental insere-se na problemática de se os "objectos" naturais não racionais podem ter um valor intrínseco independente dos interesses humanos. Apreciamos actualmente uma indiscutível percepção de valores e de interesses à volta do "meio-ambiente" e o nosso trabalho partiu de uma hipótese geradora que intentámos heurísticamente explicar. A questão é pertinente:

Como entendemos o mundo da Ética e o das suas relações?

Conceptualmente há três aspectos de relações evidentes nesse mundo da Ética:

- a.)- relações do homem com os outros homens "(o outro)";
- b.)- relações do homem com a sociedade e as instituições;
- c.)- relações do homem com o "meio-ambiente";

Esta última dimensão produz os conflitos e as crises ecológicas, porque implicam um conceito de responsabilidade moral (estrutura de "ter que fazer ou que fazer" a própria vida) não prevista nas Éticas tradicionais. Exige também uma importante mudança de concepção: o conceber o homem como dono e proprietário do seu "meio", é entendê-lo como um membro de uma comunidade ou território biótico. A perspectiva antropocêntrica não conseguiu realizar a função cognoscitiva e prática esperada na aplicação, à moralidade ecológica, da psicologia do desenvolvimento moral (ex. Kohlberg):

Propor uma "nova Ética" neste final de século ou, é adoptar uma extensão da Ética Ecológica e Ambiental frente à ética funcional. As possíveis vias de fundamentação desta Ética que supõe assumir "deveres e responsabilidades" em relação ao "meio-ambiente", seriam:

I.)- no próprio interesse dos indivíduos humanos atingidos pelos problemas ecológicos e ambientais;

II.)- no interesse da sociedade e instituições ameaçadas pela quali-

dade de vida (progresso), consumo e oportunidade de futuro;

III.)- na solidariedade humana que concebe a Terra como espaço vital de todos os seres (função da "comunidade ou território");

IV.)- no reconhecimento dos direitos e deveres à vida (bem-estar) das gerações futuras;

V.)- no reconhecimento ao direito à vida de outras espécies não humanas ameaçadas de desaparecer devido à acção do homem;

As vias I.) e II.) possuem um critério egoísta e utilitarista que não esclarece adequadamente o lugar da espécie humana no mundo e o seu papel nele. A sua fundamentação e motivação para conseguir o "bem comum de todos" está nos interesses individuais. Esta perspectiva fundamentadora refere-se às Éticas inglesas da "moral sentiment" individualista. O seu esquema ético na actualidade persegue o "bem ecológico e ambiental", em que a conservação e a preservação do "meio-ambiente" contribuiria para o bem-estar do ser humano. Este utilitarismo é um egoísmo da espécie humana que nega a revisão de certas noções do pensamento ético na abordagem dos problemas ambientais desde uma perspectiva moral.

As vias IV.) e V.) têm sido bastante reflectidas pelos pensadores anglo-saxões dos anos 80, mas seguem a mesma fundamentação na base dos interesses de cada um dos

indivíduos. A III.) alcança o centro da questão ao incorporar a noção de "ecossistema integral" como a visão mais compreensiva à crise ecológica. Neste sentido parece não haver diferença entre uma ética ecológica e ambiental e uma ética social. O objectivo básico de ambas é a interdependência e o sentido de "ser membro do e no meio-ambiente".

Assim, perfilhamos que uma ética social deve adoptar um ponto de vista moral "ecológico e ambiental", apesar entre elas existir ainda um fosso que é necessário preencher: fundamentar o postulado do homem como "pertencente e membro" da "comunidade ou território" de vida na Terra (Ética do Planeta). Isto requer um respeito e uma consciência moral aos seus semelhantes (ao "outro") e à própria "comunidade/território". Esta sendo o conceito básico da ecologia deve ser amada e respeitada incluindo sucessivamente a extensão da Ética ao progresso científico e tecnológico. Trata-se de uma questão de "cultura das sociedades" (interculturalismo e pluriculturalismo) e das pessoas (formação pessoal e social).

A ética ecológica e ambiental integra-se dentro da Ética apresentando uma série de perguntas, que podemos agrupar da seguinte forma:

a.- Qual o conteúdo do que chamamos "ética ecológica e ambiental"?

Os seus pressupostos são consistentes e claros? (perguntas de sentido lógico);

b.- Esta é uma boa ética, desejável para os indivíduos e sociedades de modo a actuarem de acordo com os seus princípios? (perguntas de éticas normativas);

O nosso trabalho visou o tipo "C." de perguntas, que como vimos desagua num antropocentrismo criticável unido à problemática terminológica de "environmental ethics". Há quem distinga uma ética do meio-ambiente da ética para o uso do meio-ambiente (REGAN, T., 1980:99-120). Esta distinção apoia-se numa moral dos interesses humanos (ética homocêntrica para o uso do meio-ambiente), para a qualidade de vida humana e das gerações vindouras. Trata-se de uma ética do meio-ambiente que pedagogicamente exige uma Pedagogia Ambiental quer ao nível formal quer ao não-formal, a chamada "pedagogia de baixa tensão" de formação pessoal e social do cidadão dentro do seu "território ou comunidade".

Quando falamos de "ética do meio-ambiente" ampliamos o campo da ética aos seres não humanos que podem possuir valor reconhecível (direitos) dentro do "todo biótico" (ecossistema). Esta maior extensão ética designamo-la "ética ecológica e ambiental" na qual destacamos a Ecologia.

Consideremos que só dentro da estrutura ecológica resolvemos muitos dos problemas de ética prática. Pode acontecer que quando falamos de "meio-ambiente" estejamos a reduzir o nosso discurso ao campo do fazer e do actuar do homem com e sobre o meio natural, caímos mais numa ética meio-ambientalista que ecológica (SOSA, 1989). Mas, explicámos cabe a esta ética ecológica e ambiental questionar integralmente a prática humana no mundo, no qual incluímos os homens, as instituições / sociedade em geral, os animais, as plantas, as coisas, etc. Assim, entendida constituímos uma nova ética revolucionária dentro do nosso universo moral.

Talvez, uma fundamentação em termos de antropocentrismo "moderno" dentro de alguns esquemas de éticas contemporâneas (éticas comunicativas e dialógicas) sejam válidas, desde que se desenvolvem no sentido do acordo consensual sobre a racionalidade comunicativa (HABERMAS, APEL) das preferências humanas e do conflito de interesses puramente humanos.

Na sua ética do discurso Habermas interroga-se como superar o antropocentrismo de uma ética que elimine do círculo dos seus destinatários a natureza, as criaturas capazes de sofrimento e deficiências de linguagem (HABERMAS, 1984:296). A tentativa de fundamentação de uma ética na época da Ciência e Tecnologia

leva Apel a reconhecer a difícil problemática das pretensões dos não participantes mais afectados (APEL, 1986:105-173).

Efectivamente, uma ética construída nas comunidades de diálogo e na dialéctica argumentativa encontra os seus limites no ponto onde acaba a própria capacidade de comunicação, porque a sua estrutura conceptual impede que a obrigação e responsabilidades morais possam abranger seres não humanos, a biosfera ou o mundo/cosmo. Abandonando estas éticas discursivas podíamos recorrer a uma ética advogatória (W. Kuhlmann) que fale em nome dos seres incapazes de participar no discurso racional e se afaste das propostas normativas dos afectados. É difícil entender que uma comunidade ética dos seres humanos racionais, capazes de comunicação intersubjectiva, tenha princípios e normas morais apoiadas nos limites do mundo dos seres dialogantes, porque qualquer princípio moral deve ter em conta todos os afectados. Somos nós os humanos quem estabelecemos os direitos e as obrigações.

Nesta perspectiva de antropocentrismo pondo como núcleo da discussão dos sujeitos morais os problemas ecológicos necessitaria de fundamentar linhas de acção e responsabilidade consideradas como obrigações morais. Contudo, pode haver um maior incremento nos problemas ecológicos e ambientais na tentativa de alcançar "comunidades

ideais", a partir das argumentações da real, constituindo a comunidade humana mais o resto do "meio" onde o homem vive e com o qual a comunicação é difícil (linguagem humana) ou a comunidade, harmónica dos humanos e do "meio-ambiente". Só assim seriam admissíveis os princípios reguladores do "a priori da comunicação" de APEL, que asseguram a sobrevivência do meio humano e natural e do género humano.

A nossa proposta poderá inserir-se na linha de TAYLOR de uma revisão no âmbito da Ética de alguns dos seus conceitos (valor, interesse, etc.), apesar de nenhum "poder superior" estabelecer interesses morais revelantes fora do mundo humano, porque só os seres humanos podem acordá-los e descobri-los. Talvez seja no seio da comunicação onde poderá surgir essa revisão ou recuperação da Ética.

Recuperar as éticas do diálogo (assumir as últimas posições filosóficas de Habermas) supõe conectar os mundos da ciência, das artes e da moral, dispersas pela modernidade e nas mãos de especialistas, com o mundo da vida ou do quotidiano dos seres morais e políticos que vivem e convivem, programam e decidem os modos de viver e conviver. Em todos os contextos de moralidade o problema dirige-se à exigibilidade da norma moral acordada ou consensual.

A linguagem é um dos grandes problemas teóricos ou

práticos à possibilidade de que uma ética discursiva sirva de base ao "ethos ecológico", isto é, integrar nela os elementos expressivos necessários. Para que, uma ética do discurso se complete num projecto emancipador ou num projecto ecológico ou ambiental terá que admitir conteúdos de felicidade e vida agradável complementos dos conteúdos da justiça e paz.

A ética ecológica e ambiental é a única que não restringe a comunicação, apesar do âmbito da linguagem, entendido como argumentação, ser insuficiente para uma programação de uma ética ecológica e ambiental. A citada revisão da Ética devia de encarregar-se do conceito da "comunicabilidade", considerando-o como elemento comum aos homens, reformulando-o com o mundo a que pertencemos. Esta ética admite bem a "etiqueta" de Amplificação de ética da sobrevivência, como resposta à necessidade de elaborar uma ética para a era da tecnologia (APEL, 1986) post-moderna.

A Filosofia Moral Contemporânea pretende, também responder a duas preocupações importantes: I.)- a preocupação pela permanência da espécie humana no espaço/tempo no nosso Planeta ou na "comunidade"; II.)- a preocupação pela conservação da forma moral da espécie, porque para lá dela pode haver algo que não seja possível categorizar como "moral". Nesta última entra não só esse

"novo homem" surgido do descontrolo da tecnologia, como o actual homem perdido e aniquilado pela informática, cibernética, realidade virtual, neurofisiologia da mente, engenharia genética, etc. Poderíamos, assim, ventilar uma mudança na forma de vida moral por outra "post-moral" de difícil definição.

A pretendida ética ecológica e ambiental deve apresentar-se no plano da discussão filosófica e no âmbito dos interesses e valores generalizáveis, no qual se move o discurso fundamentador da Ética. A ética ecológica e ambiental distancia-nos da consciência de que as coisas dificilmente poderão ser de outro modo. Esta "Nova Ética" reforça a nossa sobrevivência ética e moral. Perseguimos mais uma mudança de comportamentos e atitudes nos cidadãos que o desenvolvimento das suas capacidades. Por isso, necessitamos, de uma consciência moral individual e colectiva que faça frente aos problemas ecológicos e ambientais, de modo a restabelecer o equilíbrio biótico/ecossistemas e proporcionar a felicidade e bem-estar das gerações futuras.

NOTAS:

(1) - A crise ecológica actual fala de 15% das espécies existentes que desaparecerão até ao fim do século, da desflorestação do Planeta

(Amazonas), da contaminação do ar e da água, diminuição das reservas de água potável, a erosão e desertificação dos solos (perdeu-se 12% da superfície cultivável, mudanças climáticas (60% de emissão de CO₂), do deterioro dos modos de viver e da comunicação humana, os resíduos radioactivos e as centrais nucleares mal controladas, da camada do ozono e das radiações solares, problemas demográficos, etc., que nos lembram que são vínculos ecológicos e os laços ecossistémicos integrais os que estão a ser ameaçados pela "desumanidade" da ciência e técnica humana com fins diversos de crescimento e bem-estar.

(2) - A "consciência" não é um elemento que funcione no centro da temática por nós aqui tratada, mas quando postulamos o abandono da procura de fundamentações de boas palavras e de "utopias", reconhecemos que a "ética" parece refugiar-se no individual, mas julgamos mais útil uma ética da consciência e da auto-realização do sujeito, isto é uma autêntica ética da presencialidade humana. Esta supõe uma recuperação da dimensão pública do privado, entendendo o sujeito no processo de auto-realização com os outros incluindo toda a realidade.

(3) - Os paradigmas ou modelos (positivistas, interpretativos e críticos) que orientaram a investigação educacional nos últimos cinquenta anos são: O paradigma presságio-produto (Waller nos anos 30), o

"processo-produto" sobre a eficácia dos métodos e análise da interacção (Lippit, White, Anderson nos anos 40), os movimentos de intervenção comunitária e cooperativa ou participativa (P. Freire, Delorme, Barbier); o paradigma "mediador" na consideração dos processos intermediários do acto pedagógico e dos procedimentos qualitativos centrados no professor (Shulman, Sharelson, Clark, etc. nos anos 70, assim como o de Flanders) ou no aluno (Olson, Galacher, Brandford, Rofhkoep, ... nos anos 70), a conciliação ou separação dos paradigmas quantitativos e qualitativos através da "investigação-acção" (Stenhouse, Elliot, Carr, Kemmis, ... nos anos 80), etc.

BIBLIOGRAFIA DE CONSULTA

ALLEN-CHIBA (1979): *Tendências de la Educación Ambiental*, Unesco/Unicef, Paris.
 AMÉRICO, Padre (1985): *Isto é a casa do gaiato*, 3ª ed., I vol., Casa do Gaiato, Paço de Sousa.
 APEL, K. (1986): *Estudios Éticos*, Alfa, Barcelona.
 ASHBY, E. (1981): *Reconciliar al hombre con el ambiente*, Blume, Barcelona.
 CALLICOT, J. (1979): "Elements of an environmental ethic: moral consideration and the biotic community", in *Environmental Ethics*, 1, 71-82 pág.

- DOBBEN, W. & LOWE-McCONNELL, R. (1980): *Conceptos unificadores de Ecología*, Blume, Barcelona.
 ELIAS, Padre (1958): *O Pai Américo era assim*, Gráfica de Coimbra, Coimbra.
 FACKRE, G. (1971): "Ecology and Theology", in *Religion in Life*, 40, 210-224 pág.
 FERNANDES, J. DE ALMEIDA (1991): "O desafio global: contribuição da Educação Ambiental", em *Aprender*, 13 (Abril, Portalegre), p.15-21.
 FERRATER MORA, J. & COHN, P. (1981): *Ética Aplicada*, Alianza, Madrid.
 FEYERABEND, P. (1991): *Adeus à Razão*, trad. Mª Georgina Segurado, Edições 70, Lisboa.
 FONSECA, J. (1988): "Atitudes de formadores em relação à Educação Ambiental: Desenvolvimento e avaliação de um programa de formação contínua", em *Dossier Ambiental*, pp. 2, 26-35.
 FREIRE, Mª H. R. (1991): "Um projecto prático de Educação Ambiental", em *Aprender*, 13 (Abril, Portalegre), pp. 15-21.
 FREITAS, M. (1988): "Educação Ambiental - que perspectivas?", em *Dossier Ambiente*, pp. 2, 36-48.
 IBID., (1991): "Educação Ambiental na Educação Pré-Escolar e no Ensino Básico do 1º e 2º ciclo: papel da metáfora e contextos da sua utilização", em

Aprender, 13 (Abril, Portalegre), pp. 30-42.
 GARCIA HOZ, V. (1948): *Um programa de enseñanza social en la Escuela*, C.S.I.C., Madrid.
 IBID., (1970): *Princípios de Pedagogia Sistemática*, trad. de Vitória Abreu, Liv. Civilização - Col. Ponte, Porto.
 GIL, A. (1988): "O Ano Europeu do Ambiente e um desafio para todos", em *Dossier Ambiente*, pp. 2, 16-17.
 GIOLITTO, P. (1984): *Pedagogia del Medio Ambiente*, Herder, Barcelona.
 GOODMAN, R. (1980): "Taoism and Ecology", in *Environmental Ethics*, pp. 2, 73-80.
 HABERMAS, J. (1984): "Moralidad y Eticidad. Problemas de la Ética del Discurso", em *Teorema*, XIV-3/4, Valência, pp. 289-297.
 HAMMERMAN, E. & VOELKER, A. M. (1987): "Research based objectives for environmental education: consensus on the past: a base for the future", in *Science Education*, 71 (1), pp.29-40.
 KILPATRICK, W. H. (1956): *Foundations of Method*, McMillan, N. York.
 MARGALEF, M. R. (1981): *Ecología*, Planeta, Barcelona.
 MARTINS, Ernesto C. (1992): "A Dimensão Axiológica na Educação Ambiental", Conferência no II Congresso da Educação Pluridimensional e da Escola Cultura: A Escola Cultural e os Valores, Évora de 22-24 de Abril.
 MORIN, E. (1977): *La Methode I: La nature de la nature*, Seuil, Paris.

IBID., (1980): *La Methode II: La vie de la vie*, Seuil, Paris.
 PASSMORE, J. (1974): *Man's responsibility for nature*, Gerald Duckworth, London.
 PIKAZA, X. y Outros (1985): *El Desafio Ecológico*, Publicações da Universidad Pontificia de Salamanca, Salamanca.
 REGAN, T. (1980): "Animal rights, human wrongs"; in *Environmental Ethics*, 2, 99-120 pág.
 IBID., T. (1981): "The Nature and possibility of an environmental ethics", in *Environmental Ethics*, 3, 19-34 pág.
 SINGER, P. (1979): *Practical Ethics*, Cambridge Univ. Press, Cambridge.
 SOSA, N. M. (Coord.) (1989): *Educación Ambiental: sujeto, entorno y sistema*, Amará Ed., Salamanca.
 STAPP, W. B. (1969): "The Concept of environmental education", in *Journal of Environmental Education*, 1 (1), 30-32 pág.
 TAYLOR, P. (1981): "The Ethics of Respect for Nature", in *Environmental Ethics*, 3, 197-218 pág.
 TINBERGEN, J. & DUTTON, P. (1976): *Reshaping the International Order. A Report to Club of Rome*, Relatório R.I.O., N. York.
 TROY, T. & SCHWAAB, K. E. (1982): "A Decad of environmental education", in *School Science and Mathematics*, 82 (3), 209-216 pág.
 VALENTE, O. & OUTROS (1988): *Sensibilização e Educação Ambiental*:

1: Projecto inter-escolas", em Dossier Ambiente, 2, 63-68 pág.

YOLK, T. L. (1984): "Project Synthesis and Environmental Education", in Science Education, 68 (1), 23-33 pág.

WESTON, A. (1985): "Beyond intrinsic value: pragmatism in environmental ethics", in Environmental Ethics, 7, 321-329 pág.

como colaborar com **LER EDUCAÇÃO**

LER EDUCAÇÃO está aberta a todos os que queiram participar, bastando para o efeito enviarem-nos artigos, críticas ou opiniões relacionadas com educação ou sobre temas que de alguma forma ajudem a divulgar a cultura do Baixo Alentejo.

Os originais deverão ser dactilografados em folhas A4, a dois espaços, e sempre que contenham gravuras, esquemas ou outros elementos gráficos, estes deverão ser de boa qualidade, e acompanhados das respectivas legendas e indicações referentes à sua inserção no texto.

A direcção desta revista reserva-se o direito de selecção dos artigos a publicar.

Toda a correspondência deverá ser enviada à direcção da revista **LER EDUCAÇÃO**.